

Em busca de um conceito de Turismo de Base Comunitária para Amazônia brasileira (Paper 582)



Pablo Vitor Viana Pereira¹

Marilena Loureiro da Silva²

RESUMO

O Turismo de Base Comunitária (TBC) tem sido frequentemente tratado de maneira marginal dentro das discussões sobre turismo sustentável, sendo muitas vezes interpretado sob uma perspectiva romântica e idealizada. No entanto, essa prática desempenha um papel essencial no fortalecimento das comunidades tradicionais, promovendo o desenvolvimento local por meio da gestão participativa e da valorização dos saberes das populações envolvidas. Na Amazônia Brasileira, o TBC assume características particulares devido à diversidade socioambiental da região e aos desafios estruturais históricos. Esta pesquisa tem como objetivo identificar e analisar os princípios norteadores do TBC utilizados por diferentes pesquisadores brasileiros, buscando compreender como essas contribuições teóricas auxiliam na formulação de um conceito adaptado à realidade amazônica. A metodologia adotou um levantamento bibliográfico, analisando publicações acadêmicas e aplicando técnicas de análise textual, temática, interpretativa e crítica. Os resultados evidenciam a necessidade de uma abordagem específica para o TBC na Amazônia, considerando suas particularidades ambientais, culturais e sociais, promovendo o protagonismo comunitário e alternativas sustentáveis ao turismo convencional. Assim, este estudo amplia as reflexões sobre o TBC, ressaltando sua importância como prática social e econômica voltada à sustentabilidade e ao empoderamento das populações locais.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária. Ecosocioeconomia. Desenvolvimento local. Comunidades tradicionais.

¹ Graduado em Turismo. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (NAEA/UFPA). Email: pablo.viana28@gmail.com.

² professora do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. PPGDSTU.NAEA/UFPA, e do Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para o Ensino de Ciências Ambientais - PROFCIAMB. UFPA. E-mail: marilenals@ufpa.br.

ABSTRACT

Community-Based Tourism (CBT) has often been treated marginally within discussions about sustainable tourism, often being interpreted from a romantic and idealized perspective. However, this practice plays an essential role in strengthening traditional communities, promoting local development through participatory management and valuing the knowledge of the populations involved. In the Brazilian Amazon, the TBC takes on particular characteristics due to the region's socio-environmental diversity and historical structural challenges. This research aims to identify and analyze the guiding principles of TBC used by different Brazilian researchers, seeking to understand how these theoretical contributions help in the formulation of a concept adapted to the Amazonian reality. The methodology developed a bibliographical survey, analyzing academic publications and applying textual, thematic, interpretative and critical analysis techniques. The results highlight the need for a specific approach to TBC in the Amazon, considering its environmental, cultural and social particularities, promoting community protagonism and sustainable alternatives to conventional tourism. Thus, this study expands reflections on TBC, highlighting its importance as a social and economic practice aimed at sustainability and empowerment of the local population.

Keywords: Community-Based Tourism. Eco-socioeconomics. Local development. Traditional communities.

INTRODUÇÃO

O Turismo de Base Comunitária (TBC) tem sido frequentemente tratado de maneira marginal e periférica dentro das discussões sobre turismo sustentável, sendo, muitas vezes, interpretado sob uma perspectiva romântica e idealizada. No entanto, essa prática social possui um papel fundamental no fortalecimento das comunidades tradicionais, promovendo o desenvolvimento local por meio de modelos de gestão participativa e da valorização dos saberes e modos de vida das populações envolvidas. Na Amazônia Brasileira, esse tipo de turismo ganha contornos ainda mais complexos, pois se entrelaça com a diversidade socioambiental da região e os desafios estruturais que historicamente marcam sua ocupação e exploração econômica.

A presente pesquisa tem como principal objetivo identificar e analisar os princípios norteadores do Turismo de Base Comunitária utilizados por diferentes pesquisadores brasileiros e compreender como essas contribuições teóricas auxiliam na formulação de um conceito de TBC específico para a Amazônia. Para isso, foi realizado um levantamento bibliográfico por meio da análise de teses, dissertações, artigos científicos, anais de seminários e congressos, livros e outras publicações relevantes disponíveis em bibliotecas e bases de dados nacionais. Foram utilizadas como palavras-chave: Turismo de Base Comunitária, ecossocioeconomia, desenvolvimento local, participação e comunidades tradicionais.

A metodologia adotada seguiu técnicas de análise textual, temática, interpretativa e crítica, buscando não apenas sistematizar as abordagens já existentes, mas também refletir sobre a necessidade de uma perspectiva amazônica do Turismo de Base Comunitária. Ao longo deste estudo, argumenta-se que o TBC na Amazônia Brasileira deve ser compreendido em um contexto que leve em consideração suas particularidades ambientais, culturais e sociais, promovendo o protagonismo comunitário e a construção de alternativas viáveis ao modelo convencional de turismo.

Dessa forma, esta pesquisa contribui para ampliar as reflexões acerca do Turismo de Base Comunitária na Amazônia, trazendo novas perspectivas sobre seu papel enquanto prática social e econômica voltada à sustentabilidade e ao empoderamento das populações locais.

EM BUSCA DE UM CONCEITO AMAZÔNICO DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Para construir um arcabouço conceitual para o entendimento do Turismo de Base Comunitária na Amazônia Brasileira, mas especificamente nas comunidades do interior do município de Santarém, requer um olhar atento às diversidades de contextos, de histórias e de atores que fazem parte dessas iniciativas comunitárias. Buscar em conceitos o caminho para desvelar as experiências será o desafio, mas que, atrelado ao conhecimento científico e empírico, torna-se um caminho possível na compreensão dessas experiências.

A ideia é tecer alguns comentários sobre um conceito amazônico de TBC, porém não se pretende chegar a uma definição conclusiva, uma vez que as práticas mudam e se modificam como todo processo no mundo, mas trazer alguns apontamentos teóricos que sustentam essa prática na região do oeste do Pará torna-se necessário.

O primeiro passo é apresentar os princípios norteadores dessa prática social utilizada pelos diferentes pesquisadores do Brasil; para isso, elaborou-se o quadro abaixo com as principais contribuições teóricas sobre a temática.

Quadro 1: Princípios do TBC a partir de alguns autores

Autores	Premissas a partir dos autores
Irving (2009)	• Base endógena da iniciativa e desenvolvimento local • Participação e protagonismo social no planejamento, implementação e avaliação de projetos turísticos • Escala limitada e impactos sociais e ambientais controlados • Geração de benefícios diretos à população local • Afirmção cultural e interculturalidade • O “encontro” como condição essencial
Coriolano (2009)	• Participação • Cooperação • Autossustentação • Universalidade
Maldonado (2009)	• Autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários • Práticas de cooperação • Equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos
Bursztyn et al. (2009)	• Menor densidade de infraestrutura e serviços; • Vinculação situada nos ambientes naturais e na cultura de cada lugar; • Outro modo de visita e hospitalidade
Sansolo e Bursztyn (2009)	• Empoderamento • Valorização da conservação ambiental • Hospitalidade
Sampaio (2008)	• Subsistema interconectado a outros subsistemas, como educação, saúde e meio ambiente • Nova forma de pensar a democratização de oportunidades e benefícios • Convivencialidade • Associativismo comunitário

Fabrino (2013)	• Dominialidade • Organização Comunitária • Democratização de Oportunidades e Repartição de Benefícios • Integração econômica • Interculturalidade • Qualidade Ambiental
----------------	---

Fonte: Elaboração própria.

Nesse processo, podemos perceber que existe uma heterogeneidade de conceitos e reflexões sobre o assunto, mas que todas estão baseadas nas diversas experiências comunitárias, com suas particularidades e caracterizadas a partir dos seus territórios (Gomes, 2014).

Para sanar algumas lacunas na compreensão do Turismo de Base Comunitária, mas especificamente na Amazônia Brasileira, buscou-se construir o quadro 02, na tentativa de reunir alguns conceitos, definições e/ou reflexões a partir dos agentes, entre eles: ONGs, academia, associações, governo e experiências comunitárias. Por outro lado, no quadro 03, serão apresentados os elementos-chave, possibilitando, dessa forma, uma análise geral dos principais achados, perfazendo uma comparação entre eles.

Quadro 2: Conceitos e definições sobre o TBC na Amazônia Brasileira a partir do olhar dos diferentes agentes

Agentes	Autor/ Instituição/ Iniciativa	Conceitos e definições
Academia	Bursztyn (2012)	O TBC, a partir de questões de caráter sociocultural, ambiental, econômico, político-institucional, de governança participativa , espacial, tecnológico, dentre outras, é fundamental para a sustentabilidade da atividade junto às comunidades locais.
	Simonetti (2015)	O turismo de base comunitária se configura como um modelo de desenvolvimento turístico endógeno , e não um segmento, cujo protagonismo das comunidades é notório, visando a proteção do seu patrimônio cultural e natural.
	Silva (2016)	O TBC constitui-se na forma de gestão para o desenvolvimento do turismo contingenciado pela dominialidade sobre os recursos disponíveis ao uso turístico, participação social, autogestão e participação social, autogestão e a

		incorporação do saber-fazer dos moradores das comunidades tradicionais enquanto agentes na governança do turismo local .
	Sousa (2017)	O TBC como nova proposta de desenvolvimento local , levando em consideração a participação democrática, os interesses coletivos e as experiências com base no planejamento das atividades pautadas nos princípios da sustentabilidade.
	Peixoto (2019)	A partir do Turismo de Base Comunitária, as mudanças e transformações devem ocorrer por meio da educação e a busca por melhorias para a comunidade deve passar pelo fortalecimento da governança comunitária .
	Assis (2021)	Outra forma de fazer turismo que está a serviço do coletivo , inserido em comunidades que buscam estratégias para transformá-lo em uma atividade geradora do desenvolvimento local .
	Figueiredo (2022)	Um tipo de viagem cultural, ou viagem-intercâmbio, fundamentada na troca de experiências, na interculturalidade , organizada pela comunidade destino, com o objetivo de promover trocas culturais.
ONGs	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (2017)	Uma forma de ecoturismo em que a comunidade local tem um substancial controle sobre ele e envolvimento na gestão e no desenvolvimento e a maior proporção dos benefícios permanece na comunidade.
	Fundação Amazônia Sustentável (2021)	É um modelo de turismo que tem como protagonistas as comunidades locais. Neste modelo, elas gerenciam e empreendem para obter renda e, ao mesmo tempo, alcançar objetivos comuns.-
	Instituto de Pesquisas Ecológicas	Um tipo de turismo como uma das alternativas de desenvolvimento para a região.
	Projeto Saúde e Alegria (PSA)	O desenvolvimento do turismo social e ambientalmente responsável, integrado à vida das comunidades, dinamiza suas outras atividades econômicas, como a produção agrícola familiar, a oferta de serviços (culinária, lazer e passeios, por exemplo) e a produção cultural (artesanato, cultura, música etc.).

Governo	Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque	Modelo de gestão , no qual a comunidade decide o que vai ofertar e receber pelos serviços prestados, que se configura como uma fonte de renda extra.
	Governo do Estado do Pará, Lei nº 9.773, de 27 de dezembro de 2022.	Atividade socioeconômica planejada e desempenhada por comunidades rurais e comunidades tradicionais , assim entendidos os grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social e que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, com base em conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.
	Governo do Estado do Tocantins, Lei nº 4.134, de 12 de janeiro de 2023.	Modelo de gestão da visitação protagonizada pelas comunidades tradicionais locais, gerando benefícios coletivos , promovendo a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura dessas populações, bem como a utilização sustentável para fins recreativos e educativos.
	Governo do Estado do Mato Grosso, Lei nº 12.066, de 14 de abril de 2023.	Aquele que incorpora valores do bem viver , do bem comum, da economia solidária e do comércio justo, orientando um processo sustentável de organização do turismo no âmbito dos territórios de povos e comunidades tradicionais do campo, da cidade, da floresta e das águas, em consonância com o desenvolvimento em escala local e regional e de modo a favorecer a atividade socioeconômica e política e promover a emancipação comunitária , por meio da valorização cultural, conservação ambiental e geração de emprego, renda e inclusão social.
Comunidade	Cooperativa de Turismo e Artesanato da Floresta	No turismo, nossa missão é desenvolver experiências ecologicamente corretas, economicamente viáveis, socialmente justas e culturalmente diversas.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 3: Elementos-chave para pensar o TBC na Amazônia Brasileira

Elementos-chave	Academia	ONGs	Governo	Comunidade
Desenvolvimento local				
Governança comunitária				
Autogestão				
Bem viver				
Interculturalidade				

Fonte: Elaboração própria.

Ao analisar os conceitos e definições a partir do olhar de diferentes agentes (quadro 02), encontramos uma chuva de palavras representativas sobre o Turismo de Base Comunitária na Amazônia Brasileira, entre elas: desenvolvimento turístico endógeno, dominialidade, participação social, autogestão, desenvolvimento local, governança comunitária, coletivo, interculturalidade, protagonistas, comunidade, bem viver, emancipação comunitária e desenvolver. Porém, ao nosso entendimento, cinco elementos-chave são importantes para pensar TBC na região.

O primeiro elemento, **desenvolvimento local**, do quadro 01, foi citado na maioria das definições. É importante destacar que o conceito de desenvolvimento local, além de constar na maioria das discussões sobre a temática, também é um conceito-chave nas propostas de TBC, pois é na base endógena o caminho para esse tipo de prática.

Outro elemento salientado por alguns agentes foi a **governança comunitária**, inclusive um conceito ressaltado por pesquisadores como fundamental para a sustentabilidade da prática junto às comunidades locais. Outro ponto destacado foi a **autogestão**, citado em praticamente todas as definições. Ou seja, o protagonismo das comunidades no processo de planejamento, organização, execução e avaliação dos projetos é um elemento fundamental para a prática do TBC. Porém, é sabido da presença de agentes externos em grande parte das experiências, sendo, nesse caso, indutores do processo, sem esquecer das motivações endógenas.

O quarto conceito-chave, **bem viver**, aparece como elemento vital para as novas análises do TBC, isso porque essa teoria está ligada aos modos de vida e a *práxis* coletiva, perfazendo uma nova contribuição aos estudos do Turismo de Base Comunitária na Amazônia brasileira. O último conceito é da prática da **interculturalidade** como princípio da relação horizontal, ou seja, fundamentada na troca de experiências de quem recebe e quem visita, pautada no diálogo, na troca e no compartilhamento de experiências.

AS PREMISSAS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL NO TBC

São diversas as contribuições teóricas sobre desenvolvimento, porém ainda persiste uma equivocada compreensão da sua gênese, muitos confundem crescimento econômico (mudança quantitativa) com desenvolvimento (transformação qualitativa), talvez pelo termo ser popularmente conhecido nos discursos políticos. Todavia, pensar no

desenvolvimento de base local requer um olhar estritamente criterioso, visto que o “local” precisa ser compreendido na sua essência. Como pontuam Coelho e Fontes (1998, p. 69), o conceito de local fundamenta-se no:

[...] espaço socialmente construído com base territorial delimitada (a partir dos critérios geoeconômicos, geopolíticos e geoambientais). O local é o espaço onde se conformam comunidades e constroem-se identidades territoriais.

É possível notar que o conceito está atrelado a alguns critérios, não tão diferente da noção de desenvolvimento que é “encarado como um processo complexo de mudanças e transformações da ordem econômica, política e, principalmente humana e social” (Oliveira, 2002 como citado em Cruz, 2009, p. 99). Nesse sentido, podemos dizer que o desenvolvimento é mais que uma multiplicação de riquezas, ele traz consigo uma promessa de mudança estrutural.

Em se tratando de desenvolvimento local, especificamente, Buarque (2008, p. 25) salienta que se trata de “um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos”. Sendo assim, pode-se dizer que ele é resultado de múltiplas ações convergentes e complementares, isto é, não se pode pensar exclusivamente no enfoque econômico, porém também não se pode minimizar a importância do dinamismo da economia.

É importante salientar que essa alternativa de desenvolvimento, o local, acaba por ser uma tentativa de enfrentar os problemas e desafios econômicos, sociais, ambientais e contemporâneos. Ou seja, para ser consistente e sustentável, esse processo deve mobilizar potencialidades locais, contribuir para elevar as oportunidades sociais e dar visibilidade à economia local, e, ao mesmo tempo, garantir a conservação dos recursos naturais locais (Buarque, 2002). A partir disso, entende-se que essas múltiplas dimensões se configuram como indissociáveis ao desenvolvimento local.

Olhar para os aspectos que caracterizam o desenvolvimento local é colocar no centro das questões o protagonismo dos sujeitos locais, a efetiva participação da comunidade em todas as etapas do processo e a base endógena (pensar no desenvolvimento de baixo para cima). Logo, podemos perceber que a importância desse desenvolvimento está baseada nas iniciativas coletivas e inovadoras da comunidade, em especial, pensando nas suas potencialidades e demandas locais (Buarque, 2002).

Por outro lado, o mais complexo do conceito do desenvolvimento local é que devemos avançar nas questões humanista, holística e ecológica. Em outras palavras, trata-se da essência do termo (Martins, 2002). Como o próprio autor chama atenção, mais do que um conceito:

[...] o desenvolvimento local é, na verdade, um evento *sui generis*, resultante do pensamento e da ação à escala humana, que confrontam o desafio de enfrentar problemas básicos e alcançar níveis elementares e auto-referenciados de qualidade de vida na comunidade (Martins, 2002, p. 51).

A partir da reflexão do autor, podemos destacar que o desenvolvimento local deve ser compreendido pela própria dinâmica da vida e do ambiente de entorno. Outro ponto é o diferencial do desenvolvimento local, pois não se trata somente dos objetivos necessários à vida humana, mas assegurar à comunidade o papel de agente e não apenas de beneficiária

do desenvolvimento, isto é, criar condições para que a comunidade possa ser protagonista no processo (Freitas, 2008).

Vale frisar que essa participação deve ocorrer de forma dialógica, crítica e democrática, ou seja, uma relação horizontal, valorizando e respeitando as opiniões dos envolvidos. Nesse caso, a participação é uma condição fundamental do desenvolvimento local, uma vez que a “participação enquanto resultado do processo de construção social, portanto sujeito a fatores históricos e culturais” (Martins, 2002, p. 53). Portanto, pensar num desenvolvimento em escala “local” requer refletir sobre as inter-relações pessoais da vida cotidiana, base territorial e lugar de práticas humanas, ou seja, é onde estão os desafios e as potencialidades do desenvolvimento local.

GOVERNANÇA NO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Antes de tratar sobre governança no TBC, é preciso compreender as discussões relacionadas ao conceito. Na literatura, por exemplo, a palavra é compreendida a partir de dois aspectos, o teórico e o normativo. Albuquerque (2016) aponta que o conceito normativo está baseado no conjunto de princípios que enfatizam as instituições e suas melhores políticas de governo. Vale ressaltar que esse tipo de interpretação é pautado no crescimento e desenvolvimento econômico, ou seja, grande parte oriunda do pensamento economicista de desenvolvimento. De forma geral, a governança normativa está baseada:

[...] nas agências internacionais, como o Banco Mundial, por exemplo, definem o que é considerado um ambiente propício para segurança dos seus investimentos, desse modo, leva-se em consideração o regime político, o processo pelo qual a autoridade é exercida na aplicação direta de recursos sociais e econômicos para o desenvolvimento, e a capacidade do governo em desenhar, formular e implementar políticas públicas monitorando suas funções (Albuquerque, 2016, p. 75).

Por outro lado, a governança a partir de uma perspectiva teórica fundamenta-se numa base analítica e a compreende como fenômeno, porém são várias as vertentes acerca do pensamento sobre o conceito, as principais estão associadas às ciências econômicas (governança corporativa) e às ciências políticas (governança pública) (Santos, 2005).

É importante evidenciar que o conceito de governança surge a partir dos anos 1980, justamente em torno das políticas públicas, quando começa a aparecer em documentos públicos, melhor dizendo, o termo “[...] passa a ser aplicado a contextos distintos e mais amplos, em gestão governamental e desenvolvimento local, num contexto histórico em que o neoliberalismo se estabelece como filosofia econômica” (Irving, p. 84, 2007). Nesse decurso, o conceito de governança adquiriu chancela no plano internacional, ou seja, é visto como as diversas maneiras pelas quais os indivíduos e as instituições públicas e privadas administram seus problemas comuns.

Apesar de perceber que a governança interfere positiva ou negativamente nos resultados, ela é [...] como elemento-chave para a compreensão do comportamento humano coletivo (Araújo, p. 30, 2017).

Outro ponto importante é que essa pesquisa discutirá sobre governabilidade, porém, vale fazer uma distinção entre uma e outra, a governança tem um caráter mais amplo, engloba a sociedade como um todo. Por outra via, a governabilidade tem uma dimensão essencialmente estatal, vinculada ao sistema político-institucional (Santos, 1997). A partir dessa diferenciação, pode-se acreditar que governança:

[...] é um mecanismo de gerenciamento das relações sociais humanas, podendo ser estabelecida formal ou informalmente, composta de orientações e regras para o seu comportamento e de sua estruturação, haja vista que as relações humanas são sistemas complexos, e necessitam de mecanismos que possibilitem a obtenção dos objetivos estabelecidos (Araújo, p. 30, 2017).

Diante do exposto, percebe-se que a governança é entendida como plural, não apenas por uma vertente apenas empresarial, por exemplo, mas pautada nas relações estabelecidas entre os agentes envolvidos e a performance deles no processo, para a construção de espaços de negociação.

Para melhor compreensão de qual conceito ou ideia de governança estamos buscando, faz-se necessário apresentar as diferenças e as convergências das linhas teóricas do termo. O propósito é trazer elementos de uma concepção de governança pautada nas prerrogativas do TBC.

Diante desse comprometimento, é importante, antes de tudo, analisar o contexto em que a governança está sendo aplicada, isto é, delimitá-la no plano teórico (Knopp; Alcoforado, 2010). Nesse sentido, os autores apresentam os quatro exemplos de aplicabilidade de governança, como pode ser observado a seguir.

Quadro 4: Tipos de Governança

Nomenclatura	Exemplos de aplicabilidade
Governança corporativa	Ocorre no âmbito das organizações de mercado.
Governança comunitária	Quando se operacionaliza no âmbito das organizações ou interorganizações da sociedade civil.
Governança pública	Quando esse processo se dá no âmbito das organizações públicas estatais, em um ou mais níveis federativos.
Governança social	Quando é praticada em arranjos organizacionais de composição plural, envolvendo agentes estatais e não estatais, públicos e privados, com ou sem fins lucrativos, para a cogestão da coisa pública (defesa de interesses públicos, co-produção de bens e serviços para a promoção do bem-estar social).

Fonte: Baseado em Knopp; Alcoforado (2010).

Diante da tipologia da governança apresentada, observa-se que ela está pautada nos agentes e nos objetivos, sejam eles voltados à perspectiva do mercado capitalista (governança corporativa), às interações da sociedade civil (governança comunitária), ao aperfeiçoamento das práticas estatais (governança pública), ou em diferentes níveis da rede de forma plural (governança social) como apontado por (Araújo, p. 29, 2017).

Vale ressaltar que, além dos tipos de governança apresentados por Knopp e Alcoforado (2010), existem outras abordagens, a exemplo da governança territorial, a qual é analisada a partir do local/regional, ou seja, consiste em entender a governança como:

[...] exercício do poder e da autoridade por parte dos cidadãos ou grupos devidamente articulados nas suas instituições e organizações regionais, incluindo todos os processos, com o objetivo de diagnosticar a realidade, definir prioridades, planejar a implementação de ações, e assim determinar como os recursos financeiros, materiais e humanos devem ser alocados, para a dinamização das potencialidades e superação dos desafios, visando o desenvolvimento de uma região ou território (Dallabrida; Becker, p.80, 2003).

Diante desse cenário, a governança é entendida como um termo amplo, porém observaram-se alguns elementos constituintes, filosofias e especificidades, sendo eles importantes para os estudos e análises, especialmente em comunidades locais. Em se tratando de turismo em comunidades, Albuquerque (2016, p. 95) afirma que o papel da governança nas experiências de TBC:

[...] é fortalecer a participação de atores sociais da comunidade no processo de desenvolvimento da atividade turística de base comunitária, ao permitir espaços de participação que, ao mesmo tempo, promovam a confiança entre os atores sociais alocados no arranjo, assim como o compartilhamento de objetivos e resultados pelos mesmos.

Diante disso, entende-se que a governança é um mecanismo capaz de condicionar os princípios de participação e protagonismo comunitário, fundamentais às experiências de TBC. Dessa forma, entende-se nessa pesquisa que a governança é fundamental para atender às necessidades das comunidades, por meio de processos democráticos, de diálogos, de transparência, de acesso a todos os envolvidos, ou seja, prerrogativas importantes para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária, em especial na Amazônia Brasileira.

REFLEXÕES DA AUTOGESTÃO NO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

O turismo de base comunitária tem como alicerce a participação comunitária, pode-se dizer, como princípio fundamental nessa prática turística. Logo, percebe-se que a autogestão é um construto fundamental para compreender que o TBC é o papel desta tese, pois se considera essencial a participação de seus membros em todas as fases, principalmente como protagonistas, visando à apropriação por parte destas, tendo como arcabouço o bem-estar dos moradores locais.

Entre muitas pesquisas sobre as abordagens conceituais sobre o TBC, o termo autogestão aparece rotineiramente, isso, inclusive, foi comprovado no levantamento dos principais elementos-chave para pensar o TBC na Amazônia Brasileira. Diante disso, entende-se que sem participação não é possível existir autogestão, visto que os dois conceitos estão intimamente relacionados, pois as decisões vêm através da participação da população local. Portanto, precisa-se primeiro entender o conceito de participação, nesse caso, ela pode ser compreendida como:

[...] uma *necessidade* humana e, por conseguinte, um *direito* das pessoas. A participação se justifica por si mesma, não por seus resultados. A participação é um processo de desenvolvimento da consciência crítica e um processo de aquisição do poder. A participação serve à apropriação do desenvolvimento do povo. A participação é uma capacidade que se aprende e se aperfeiçoa (Bordenave, 1984, p. 102).

Porém, vale pontuar que essa participação muitas vezes acaba sendo limitada, ou seja, uma fantasiosa ideologia de que a participação possa ser constituída. Não estou querendo afirmar que isso seja uma regra, mas na grande maioria ou fica centrada numa minoria, ou essa participação é apenas passiva, ao invés de ativa com tomadas de decisões no processo político.

Outro ponto destacado pelo autor é que existem diferentes formas de participar: participação de fato; espontânea; imposta; voluntária; dirigida ou manipulada e concedida. A participação de fato, por exemplo, ocorre desde o início da humanidade e se manifestava no seio familiar nuclear, por sua vez, a espontânea objetiva satisfazer necessidades psicológicas de pertencer, expressar-se, obter reconhecimento e prestígio. Por outra vertente, quando acontece de o indivíduo ser obrigado a fazer parte de grupos e realizar atividades consideradas indispensáveis, chamamos de participação imposta. Por sua vez, na participação voluntária, os grupos são criados pelos próprios participantes, diferentemente da participação dirigida ou manipulada, a qual é provocada por agentes externos a realizar seus objetivos ou os manipulam a fim de atingir seus próprios objetivos. E, por fim, a participação concedida é aquela em que a pessoa é influenciada pelos superiores, por exemplo, é considerada legítima por eles mesmos e pelos seus superiores (Bordenave, 1983).

As discussões sobre participação são fundamentais para a compreensão da autogestão do Turismo de Base Comunitária, especificamente porque a participação está presente em diferentes contextos, incluindo o âmbito social, político, educacional e organizacional. Ou seja, a participação deve ser vista como um princípio democrático fundamental, que permite que os indivíduos tenham voz e influência nas decisões que os afetam. Por isso, entender sobre os diferentes níveis de participação, desde formas mais passivas, como informação e consulta, até formas mais ativas, como cooperação e autogestão, é fundamental para reconhecer os desafios e limitações da participação, incluindo questões de poder, desigualdade e resistência à mudança. Em suma, as discussões de Bordenave (1983) sobre participação fornecem uma visão abrangente sobre o tema, destacando sua importância para a democracia, o desenvolvimento pessoal e organizacional, e a promoção de relações mais igualitárias e colaborativas entre os membros da sociedade.

Como foi apresentado, existem diferentes níveis de participação, e isso interfere substancialmente no processo de autogestão das experiências, especialmente pela autonomia das comunidades às vezes ser limitada. Como bem ressalta Maldonado (2009), a autogestão envolve a participação ativa das comunidades locais na administração e conservação de seus próprios recursos culturais e naturais, incluindo o fortalecimento da identidade cultural, o empoderamento das comunidades, a promoção do desenvolvimento local e a conservação ambiental. Isto é, ao permitir que as próprias comunidades assumam a responsabilidade pela gestão de seus recursos, esse modelo contribui para a preservação de tradições culturais e práticas sustentáveis de uso da terra, por exemplo.

O autor destaca ainda a importância da colaboração entre as comunidades locais, as autoridades governamentais e outras partes interessadas no avanço da autogestão

sustentável dos recursos patrimoniais. Vale lembrar que é fundamental discutir sobre as necessidades de políticas e estratégias que apoiem e fortaleçam as iniciativas, garantindo o acesso equitativo aos recursos e o respeito aos direitos das comunidades. No entanto, Maldonado (2009) reconhece que a autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários enfrenta desafios significativos, incluindo a falta de formação, recursos limitados, pressões externas de desenvolvimento e mudanças climáticas. Ele destaca a importância de abordar esses desafios de forma colaborativa e adaptativa, garantindo a viabilidade e a resiliência das iniciativas a longo prazo. Em resumo, podemos salientar que buscar talvez uma gestão compartilhada entre comunidades e universidades, ou entre comunidades e ONGs, por exemplo, torna-se necessária para a manutenção do processo do TBC, promovendo uma abordagem participativa e colaborativa para a gestão desses recursos, visando promover o desenvolvimento local e a conservação da cultura e do meio ambiente nas comunidades locais. Logo, pode-se dizer que o entendimento do autor sobre o TBC está baseado nos princípios de autogestão, cooperação e equidade na distribuição de renda, ou seja, esse modelo de organização sustenta-se:

[...] na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos (Maldonado, 2009, p. 31).

Outro trabalho que destaca a questão da autogestão é o da autora Katiane Alves (2013), apontando as diferentes abordagens conceituais do turismo de base comunitária, enfatizando sua ênfase na participação comunitária, no respeito à cultura local e na conservação ambiental. A autora argumenta que a autogestão é um elemento central dessas abordagens, permitindo que as próprias comunidades assumam o controle de suas atividades turísticas, promovendo assim o desenvolvimento local e a preservação dos recursos naturais e culturais.

Alves (2013) também destaca os benefícios da autogestão no turismo de base comunitária, como o fortalecimento da identidade cultural, o empoderamento das comunidades e a promoção da sustentabilidade das experiências. No entanto, ela também reconhece os desafios e limitações desse modelo de organização do turismo em comunidades, incluindo a necessidade de capacitação, recursos adequados e apoio institucional para as comunidades. Em suma, a autora apresenta uma visão abrangente sobre o turismo de base comunitária, destacando a importância da autogestão como uma abordagem fundamental para promover o desenvolvimento sustentável e o bem-estar das comunidades locais, especialmente para o entendimento e a valorização desse modelo turístico alternativo.

Outro aspecto relevante acerca da autogestão é o que traz a cartilha “O ABC do TBC”, escrita por Silva *et al.* (2012). No material, os autores pontuam a importância da autogestão como uma estratégia para as comunidades locais garantirem sua participação ativa na tomada de decisões relacionadas ao turismo. O documento fornece orientações práticas sobre como iniciar e gerir iniciativas de TBC, abordando questões como a identificação de potenciais atrativos turísticos, o desenvolvimento de produtos e serviços turísticos autênticos e a promoção do destino. Além disso, a cartilha destaca a importância da educação e formação das comunidades locais, bem como da cooperação entre os diferentes atores envolvidos no turismo de base comunitária, incluindo governos locais, organizações da sociedade civil e setor privado.

Segundo os autores, o material contribui para a compreensão mais ampla e consciente do turismo de base comunitária, destacando seu potencial para promover o desenvolvimento sustentável e o bem-estar das comunidades locais por meio de ações educativas e inclusivas no setor do turismo. Abaixo, os seguintes apontamentos sobre autogestão no contexto do Turismo de Base Comunitária (TBC) evidenciados por Silva *et al.* (2012).

Definição e Importância da Autogestão: O documento destaca a autogestão como um dos princípios fundamentais do TBC, enfatizando sua importância para capacitar as comunidades locais a assumirem o controle de suas próprias atividades turísticas. A autogestão é apresentada como uma estratégia para promover o desenvolvimento sustentável e o empoderamento das comunidades, permitindo que elas participem ativamente da gestão e tomada de decisões relacionadas ao turismo em suas áreas.

Participação Comunitária: A autogestão é relacionada diretamente à participação comunitária no TBC. A cartilha ressalta a importância de envolver as comunidades locais em todas as etapas do processo turístico, desde o planejamento até a operação e gestão das atividades turísticas. A autogestão permite que as comunidades tenham voz e influência nas decisões que afetam suas vidas e seus territórios.

Empoderamento das Comunidades: Por meio da autogestão, as comunidades recebem formação e são incentivadas a identificar e valorizar seus recursos locais, desenvolver produtos e serviços turísticos autênticos e promover seu destino de maneira sustentável. A autogestão contribui para o fortalecimento da identidade cultural, o aumento da renda extra e o desenvolvimento local das comunidades.

Educação e Capacitação: A cartilha destaca a importância da educação e formação das comunidades locais como parte do processo de autogestão no TBC. Ela enfatiza a necessidade de fornecer às comunidades as habilidades e conhecimentos necessários para gerir eficazmente seus projetos de TBC, bem como para lidar com desafios e oportunidades que possam surgir ao longo do caminho.

Cooperação e Parcerias: A autogestão no TBC também envolve a cooperação e parceria entre os diferentes atores envolvidos, incluindo governos locais, organizações da sociedade civil, setor privado e outros parceiros externos. O texto destaca a importância de promover um ambiente de colaboração e diálogo entre esses atores, visando alcançar objetivos comuns de desenvolvimento local e inclusão social.

Em síntese, pode-se destacar que a autogestão é um princípio essencial do Turismo de Base Comunitária, enfatizando sua importância para a formação das comunidades locais, promover a participação comunitária, o empoderamento das comunidades e o desenvolvimento local por meio do turismo.

UM DIÁLOGO POSSÍVEL ENTRE BEM VIVER E O TBC

Dialogar sobre o tema de Turismo de Base Comunitária como estratégia alternativa e emancipadora de desenvolvimento, desde a perspectiva do Bem Viver, é papel deste trabalho, visto que o Bem Viver, como conceito ontológico proveniente do mundo dos povos originais, elucida caminhos importantes de analisar, visto que tanto o TBC como o Bem Viver possuem um especial interesse nas comunidades endógenas, desmascarando “boas práticas” e/ou formas dominantes de exploração extrativista dos territórios (Vargas *et al.*, 2020).

Segundo o autor, o Bem Viver representa uma alternativa ao modelo convencional de desenvolvimento, que tem sido frequentemente associado à exploração desenfreada dos recursos naturais, desigualdade social e degradação ambiental. Em contraste, o Bem Viver propõe uma abordagem holística e equilibrada, que valoriza não apenas o crescimento econômico, mas também o bem-estar humano, a justiça social, a harmonia com a natureza e a preservação das culturas locais. Vale pontuar que o TBC compartilha muitos dos princípios do Bem Viver, pois prioriza a participação das comunidades locais no turismo, promove a preservação da cultura e do meio ambiente, e busca distribuir os benefícios do turismo de forma mais equitativa.

O conceito de Bem Viver surgiu há menos de uma década por meio dos seguintes pesquisadores e tem sido referido como: filosofia de vida (Acosta, 2010), cosmologia (Walsh, 2010), atitude de vida (Cortez, 2011), ontologia (Thomson, 2011), modelo de desenvolvimento (Radcliffe, 2012) e alternativa ao desenvolvimento (Gudynas, 2011; Acosta, 2011; Alcântara e Sampaio, 2017).

Na perspectiva de Gudynas (2011), por exemplo, o conceito de “Bem Viver” apresenta uma abordagem alternativa ao desenvolvimento que tem suas raízes nas tradições indígenas e culturais da América Latina. O Bem Viver, conhecido também como “Buen Vivir” ou “Sumak Kawsai”, propõe uma visão holística e interdependente do bem-estar humano, que incorpora não apenas aspectos materiais, mas também espirituais, culturais e ambientais. Segundo o autor, o Bem Viver representa uma crítica ao paradigma do desenvolvimento ocidental, que se baseia principalmente no crescimento econômico e na acumulação de riqueza material, muitas vezes às custas da degradação ambiental e da exclusão social. Em contraste, o Bem Viver enfatiza a importância da harmonia e equilíbrio entre os seres humanos e a natureza, bem como a valorização da diversidade cultural e a busca pelo equilíbrio espiritual.

Outro ponto destacado por Gudynas (2011) são os princípios-chave do Bem Viver, como a reciprocidade, solidariedade, respeito à natureza e às culturas indígenas, autonomia e soberania dos povos, e a busca pela felicidade e bem-estar coletivo. Ele destaca que o Bem Viver não é apenas uma filosofia abstrata, mas sim um conjunto de práticas e políticas concretas que buscam promover formas de vida mais sustentáveis, justas e equitativas. Além disso, o autor argumenta que o Bem Viver oferece uma alternativa ao modelo de desenvolvimento dominante, fornecendo inspiração e orientação para a construção de sociedades mais resilientes e harmoniosas. Destaca, ainda, a importância de integrar os princípios do Bem Viver nas políticas públicas, no planejamento urbano, na gestão ambiental e na tomada de decisões em todos os níveis, visando promover o bem-estar humano dentro dos limites planetários. Em suma, pode-se dizer que o Bem Viver é uma alternativa ao desenvolvimento baseado somente no crescimento econômico, destacando sua relevância e potencial para promover uma transformação positiva em direção a sociedades mais sustentáveis, justas e equitativas (Gudynas, 2011).

Partindo da ideia de que o Bem Viver é ou não um paradigma de desenvolvimento, Alcântara e Sampaio (2017) investigam se o Bem Viver pode ser considerado uma utopia inatingível ou uma alternativa viável ao modelo de desenvolvimento predominante. Eles analisam diferentes interpretações e aplicações do Bem Viver em contextos variados, destacando como esse conceito tem sido adotado em políticas públicas, movimentos sociais e práticas comunitárias em países da América Latina. Vale pontuar, ao avaliar as possibilidades de implementação do Bem Viver como um paradigma de desenvolvimento,

Alcântara e Sampaio (2017) reconhecem os desafios políticos, econômicos e culturais envolvidos. No entanto, eles também apontam para exemplos concretos de iniciativas que buscam promover os princípios do Bem Viver, como programas de agroecologia, turismo de base comunitária e políticas de reconhecimento dos direitos territoriais indígenas. Em última análise, os autores sugerem que o Bem Viver pode representar uma alternativa possível ao modelo de desenvolvimento dominante, desde que haja um compromisso político e social com a transformação de estruturas e práticas existentes, promovendo um diálogo intercultural e interdisciplinar para pensar novas formas de conceber e alcançar o desenvolvimento humano e ambientalmente sustentável.

De acordo com Acosta (2016), o conceito de Bem Viver como uma alternativa ao modelo de desenvolvimento convencional representa uma visão de mundo centrada no bem-estar humano, na harmonia com a natureza e na justiça social. Na visão do autor, o Bem Viver oferece uma oportunidade para imaginar e construir outros mundos possíveis, baseados em valores de solidariedade, reciprocidade, respeito pela diversidade e cuidado com o meio ambiente. Vale salientar que os desafios e contradições envolvidos na implementação do Bem Viver são existentes, como: os obstáculos políticos, econômicos e culturais que impedem sua realização plena. Entretanto, pode-se enfatizar que o Bem Viver oferece uma oportunidade única para repensar e transformar as estruturas e práticas sociais que atualmente perpetuam a desigualdade, a pobreza e a degradação ambiental. Ou seja, é possível olhar para o potencial do Bem Viver como uma oportunidade para imaginar e construir outros mundos possíveis, baseados em valores de harmonia, solidariedade e respeito pela vida em todas as suas formas. Como bem salienta o autor:

[...] o Bem Viver com sua proposta de harmonia com a Natureza, reciprocidade, relacionalidade, complementariedade e solidariedade entre os indivíduos e comunidades, com sua oposição ao conceito de acumulação perpétua, com seu regresso ao uso, o Bem Viver, enquanto ideia em construção, livre de preconceitos, abre as portas para formular visões alternativas de vida (Acosta, 2016, p. 33).

Como ressaltam Alcântara e Sampaio (2017), o Bem Viver se constituiu em uma proposta com alteridade e uma oportunidade para pensar outra realidade na qual os seres humanos formam parte de um todo mais harmônico com a natureza e com os outros seres humanos. A seguir, alguns dos princípios do Bem Viver conforme discutidos por diferentes autores.

Quadro 5: Princípios do Bem Viver conforme alguns autores

Autores	Princípios do Bem Viver
Acosta (2011)	Harmonia com a Natureza: O Bem Viver enfatiza a importância de viver em equilíbrio e harmonia com o meio ambiente. Isso inclui o respeito à biodiversidade, a preservação dos ecossistemas naturais e o reconhecimento dos direitos da natureza.

Escobar (2011)	Reciprocidade e Solidariedade: Os princípios de reciprocidade e solidariedade são fundamentais no Bem Viver. Isso implica relações de interdependência e cooperação entre os seres humanos, bem como com outras formas de vida, reconhecendo a importância da colaboração mútua para o bem-estar coletivo.
Gudynas (2011)	Equidade Social e Justiça: O Bem Viver defende a importância da equidade social e da justiça como bases fundamentais para uma sociedade mais justa e inclusiva. Isso inclui o respeito aos direitos humanos, a redução das desigualdades e a garantia de oportunidades iguais para todos.
Max-Neef (1992)	Diversidade Cultural: O Bem Viver reconhece e valoriza a diversidade cultural como uma fonte de riqueza e sabedoria. Isso implica em promover o respeito às diferentes culturas, idiomas, tradições e formas de conhecimento, e em proteger os direitos das comunidades indígenas e tradicionais.
Acosta (2011)	Bem-Estar Integral: O Bem Viver busca promover o bem-estar integral dos indivíduos e das comunidades, não apenas em termos materiais, mas também emocionais, espirituais e sociais. Isso implica priorizar a qualidade de vida e o florescimento humano em todas as suas dimensões.

Fonte: Elaboração própria.

Esses princípios, provenientes do olhar de diferentes autores, oferecem uma visão abrangente e holística do Bem Viver como um paradigma de desenvolvimento que enfatiza a sustentabilidade, a justiça social e o bem-estar humano. A harmonia com a natureza é crucial para garantir a sustentabilidade do planeta e a sobrevivência das futuras gerações. Ao reconhecer a interdependência entre todos os seres vivos e o meio ambiente, pode-se promover práticas mais responsáveis e cuidadosas em relação à natureza. Da mesma forma, a reciprocidade e a solidariedade são essenciais para construir comunidades resilientes e coesas. Logo, pode-se dizer que é necessário fortalecer os laços sociais de todos os membros da comunidade.

Gudynas (2011) chama atenção justamente para a equidade social e a justiça como pilares essenciais de uma sociedade verdadeiramente democrática e inclusiva, ou seja, promovendo o acesso igualitário aos recursos e às oportunidades, criam-se condições para que todas as pessoas possam prosperar e contribuir para o bem comum.

Por fim, a diversidade cultural nesse caminho é essencial para enriquecer a experiência humana e promover o entendimento mútuo entre diferentes grupos sociais. Ao valorizar

e preservar as tradições e as identidades culturais, faz-se necessário construir sociedades mais tolerantes, inclusivas e respeitadas. Por consequência, precisa-se considerar não apenas as necessidades materiais, mas também as dimensões emocionais, espirituais e sociais do ser humano, pois elas promovem uma maior realização pessoal e coletiva.

UMA RELAÇÃO HORIZONTAL ENTRE TBC E A INTERCULTURALIDADE

O turismo de base comunitária é uma abordagem que enfatiza o envolvimento das comunidades locais na gestão e benefícios do turismo em suas áreas. Em vez de serem meros espectadores ou beneficiários secundários, as comunidades são integradas ativamente no desenvolvimento e operação de atividades turísticas, visando melhorar sua qualidade de vida e preservar seu patrimônio cultural e natural.

Quando se trata de questões de interculturalidade no contexto do turismo de base comunitária, é essencial reconhecer e respeitar a diversidade cultural das comunidades locais e dos visitantes. Isso inclui entender e valorizar as tradições, crenças, idiomas e práticas culturais únicas de cada grupo envolvido no turismo. A interculturalidade no turismo de base comunitária promove a troca de conhecimentos e experiências entre diferentes culturas, incentivando o diálogo e a compreensão mútua (Irving, 2009).

Além disso, a interculturalidade no turismo de base comunitária pode ajudar a combater estereótipos e preconceitos, promovendo uma abordagem mais inclusiva e equitativa para o desenvolvimento do turismo. Isso pode ser alcançado através da promoção do respeito mútuo, da valorização da diversidade e da criação de oportunidades para o intercâmbio cultural significativo entre os membros da comunidade local e os visitantes.

Pode-se dizer, que o turismo de base comunitária oferece indícios para a prática da interculturalidade, proporcionando oportunidades para a coexistência pacífica e a colaboração entre diferentes culturas em um contexto turístico. Ao reconhecer e valorizar a diversidade cultural, o turismo de base comunitária pode contribuir para o fortalecimento da coesão social, o enriquecimento cultural e o desenvolvimento sustentável das comunidades envolvidas.

O conceito da prática da interculturalidade foi apresentado por Verbunt no livro *La société interculturelle* no ano 2001, onde o autor apresenta os aspectos da interculturalidade na sociedade contemporânea, destacando como as diferentes culturas interagem e se relacionam em um mundo cada vez mais globalizado e diversificado. De acordo com o autor, os temas relacionados à interculturalidade, como identidade cultural, choque cultural, preconceito, estereótipos e discriminação, são fundamentais para a compreensão das complexidades e dos desafios enfrentados por indivíduos e comunidades em contextos interculturais. Vale pontuar que examinar as políticas públicas e as estratégias institucionais para promover a inclusão social em sociedades interculturais é essencial. O autor apresenta alguns aspectos da sociedade intercultural contemporânea, dentre eles:

Diálogo entre culturas: analisar a importância do diálogo e da interação entre diferentes culturas na sociedade atual, enfatizando a necessidade de compreensão mútua e respeito pelas diferenças.

Identidade cultural: examinar a complexidade da identidade cultural em um contexto intercultural, abordando como as pessoas negociam e constroem sua identidade em meio à diversidade cultural.

Desafios da diversidade: analisar os desafios enfrentados por indivíduos e comunidades em contextos interculturais, incluindo questões como choque cultural, preconceito, estereótipos e discriminação.

Políticas interculturais: investigar as políticas públicas e estratégias institucionais para lidar com a diversidade cultural e promover a inclusão social em sociedades interculturais.

Coexistência pacífica: observar a importância da coexistência pacífica e da construção de sociedades mais inclusivas e harmoniosas, enfatizando a necessidade de respeito mútuo e empatia.

Em síntese, pode-se dizer que o autor oferece uma visão abrangente e acessível sobre os aspectos teóricos e práticos da interculturalidade, fornecendo *insights* valiosos para compreender e enfrentar os desafios da diversidade cultural na sociedade contemporânea.

O autor supracitado, Irving (2009), destaca a importância do turismo de base comunitária como uma ferramenta para promover a afirmação cultural das comunidades locais. A autora salienta que o TBC permite que as comunidades compartilhem sua cultura, tradições e modos de vida com os visitantes, preservando e valorizando sua identidade cultural única. Além disso, ela frisa que o TBC pode facilitar a interculturalidade, promovendo o diálogo e a troca de conhecimentos entre diferentes culturas. Por meio de experiências turísticas autênticas e interações significativas entre turistas e membros da comunidade, o TBC pode contribuir para o entendimento mútuo e o respeito pelas diferenças culturais. Ou seja, Irving (2009) sugere que a interculturalidade no contexto do TBC pode ser uma fonte de inovação, incentivando o desenvolvimento de novas abordagens e práticas que promovam a diversidade cultural e a inclusão social. Finaliza, dizendo que ao valorizar e celebrar a diversidade cultural, o TBC pode contribuir para a construção de sociedades mais justas e harmoniosas.

É importante pontuar que a interculturalidade e o turismo são dois aspectos intrinsecamente ligados que desempenham um papel fundamental no entendimento mútuo, na valorização da diversidade e no enriquecimento das experiências humanas. A interculturalidade refere-se ao diálogo e à interação entre diferentes culturas, enquanto o turismo proporciona oportunidades para o encontro e a vivência dessas culturas em contextos diversos ao redor do mundo.

A importância da interculturalidade no turismo reside na sua capacidade de prover a compreensão e o respeito entre os visitantes e as comunidades locais. Ao entrar em contato com culturas diferentes da sua própria, os turistas têm a oportunidade de ampliar seus horizontes, expandir sua visão de mundo e desenvolver uma maior sensibilidade cultural. Por sua vez, as comunidades locais se beneficiam do turismo intercultural ao compartilhar seus conhecimentos, tradições e modos de vida com os visitantes. Essa troca cultural não apenas fortalece os laços entre as pessoas, mas também contribui para a preservação e valorização das identidades culturais locais.

Além disso, o turismo intercultural pode desempenhar um papel importante no desenvolvimento social, econômico, ambiental e cultural das comunidades. No entanto, é

importante reconhecer os desafios associados ao turismo intercultural, como a preservação da autenticidade cultural, o respeito aos direitos das comunidades locais e a minimização dos impactos negativos sobre o meio ambiente e a cultura local. Portanto, a interculturalidade e o turismo têm o poder de unir pessoas de diferentes origens e culturas em uma jornada de descoberta, aprendizado e enriquecimento mútuo. Ao valorizar e celebrar a diversidade cultural, o turismo intercultural pode se tornar uma poderosa ferramenta para promover a paz, a harmonia e a cooperação entre visitantes e visitados.

Fabrino (2013), ao longo de sua tese, ressalta a importância da interculturalidade na construção de experiências turísticas autênticas e enriquecedoras, onde o respeito mútuo e a troca de saberes são fundamentais. A autora destaca que a interculturalidade não apenas enriquece a experiência do turista, mas também fortalece os laços entre as comunidades e contribui para o desenvolvimento sustentável das regiões envolvidas. Pontua ainda que a interculturalidade no turismo de base comunitária pode promover uma maior compreensão e tolerância entre diferentes culturas, contribuindo para a construção de sociedades mais inclusivas e plurais. Ou seja, pode-se inferir que a interculturalidade é um princípio fundamental no turismo de base comunitária que busca não apenas oferecer experiências turísticas autênticas, mas também promover o entendimento e a cooperação entre diferentes grupos culturais.

Nesse contexto, entende-se nessa pesquisa que a interculturalidade é um elemento essencial na construção de experiências turísticas autênticas e enriquecedoras, pois a partir dela haja respeito e valorização da diversidade cultural buscando sempre uma convivência harmoniosa e enriquecedora entre diferentes culturas e grupos sociais.

CONCLUSÃO

A análise sobre o Turismo de Base Comunitária (TBC) na Amazônia Brasileira evidencia que essa prática social vai além de um modelo alternativo de turismo, constituindo-se como uma estratégia de fortalecimento comunitário, desenvolvimento local e valorização dos saberes e modos de vida das populações tradicionais. Ao longo deste estudo, verificou-se que as contribuições teóricas sobre o TBC ainda são múltiplas e fragmentadas, variando conforme a abordagem de diferentes agentes, como academia, ONGs, associações, governo e experiências comunitárias. Essa diversidade de perspectivas contribui para ampliar o entendimento sobre o conceito, mas também impõe desafios quanto à construção de um modelo unificado e adaptado à realidade amazônica.

Ao analisar os conceitos e definições discutidos por pesquisadores brasileiros, bem como as contribuições práticas dos diferentes atores envolvidos, identificamos uma série de palavras-chave que sintetizam as bases do TBC na Amazônia: desenvolvimento turístico endógeno, dominialidade, participação social, autogestão, desenvolvimento local, governança comunitária, coletivo, interculturalidade, protagonismo, comunidade, bem viver, emancipação comunitária e desenvolvimento. Esses elementos reforçam a necessidade de compreender o TBC na região a partir de uma perspectiva ecossocioeconômica, em que o turismo se desenvolve respeitando as dinâmicas sociais e ambientais, garantindo o protagonismo das comunidades e promovendo a sua autonomia.

Dessa forma, a construção de um conceito amazônico de Turismo de Base Comunitária deve partir do reconhecimento das singularidades territoriais, culturais e sociais da região, aliando as contribuições teóricas ao conhecimento empírico das próprias comunidades. O aprofundamento dessas reflexões é essencial para que o TBC seja não apenas um mecanismo de inclusão econômica, mas também uma ferramenta para o bem viver e a sustentabilidade, consolidando-se como um modelo viável e legítimo de turismo na Amazônia Brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Í. A. S. O impacto da governança em uma experiência turística de base comunitária: O caso da Fundação Casa Grande. 2017. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

BORDENAVE, J. E. D. *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Col. Primeiros passos; 95).

COELHO, F. F. & FONTES, A. Desenvolvimento econômico local e sustentabilidade institucional: as redes de desenvolvimento local – REDEL. Rio de Janeiro: IBAM, 1998.

BUARQUE, S. C. *Construindo o Desenvolvimento local sustentável: Metodologia de Planejamento*. 4ª Ed. Terra Mater. Garamond. 2008.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM PROMOÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL (CEAPS). *Projeto saúde & alegria: relatório anual 2009*. Santarém, 2009.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM PROMOÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL (CEAPS). *Projeto saúde & alegria: prazer em conhecer Anã*. Santarém, 2011.

FABRINO, N. H. Turismo de base comunitária: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos. Dissertação (Mestrado) - Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E COMUNIDADES DO ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA DA GLEBA DO LAGO GRANDE – FEAGLE. Plano de utilização das comunidades do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PEA) da Gleba Lago Grande, 20 mar. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2PDy1HG>. Acesso em: 18 mar. 2024.

FREITAS, N. M. S. Desenvolvimento Local e Capital Social: Uma Análise Interdisciplinar do Processo de Indução do DLIS no Estado de Roraima. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Universidade Federal do Pará, 2008. Disponível em: <http://www.ufpa.br/naea/gerencia/ler_tcc.php?id=116>. Acesso em: 27 nov. 2023.

IRVING, M. A. et al. Governança e políticas públicas: desafios para gestão de parques nacionais no Brasil. *Políticas ambientales y gobernabilidad en America Latina*, p. 79-103, 2007.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: Gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009.

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. *Interações, Campo Grande*, v. 3, n. 5, p. 51-59, 2016.

OLIVEIRA, A.P.; SANTOS, B.P.C. Turismo de Base Comunitária na Amazônia Legal brasileira: organização da atividade ou estratégia de marketing? *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v.12, n.4, ago/out 2019, pp.488-505

SANTOS, M. M. Foresight, engajamento social e novos modelos de governança. IN: *Ciência, tecnologia e sociedade: Novos modelos de governança*. Brasília: CGEE, p. 281-303, 2005.

SANTOS, G. M. A.; LEÃO, A. S. O Turismo de Base Comunitária como alternativa para o desenvolvimento sustentável: O caso da cooperativa de turismo e arte na floresta - Turiarte em Atodi e Anã, Santarém/Pa. In: Anais 7º EBPC. Anais... Brasília (DF) FINATEC - UNB, 2023. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/ebpc-encontro-brasileiro-de-pesquisadores-em-cooperativismo-312961/644581-O-TURISMO-DE-BASE-COMUNITARIA-COMO-ALTERNATIVA-PARA-O-DESENVOLVIMENTO-SUSTENTAVEL--O-CASO-DA-COOPERATIVA-DE-TURIS>>. Acesso em: 27 nov. 2023.

SILVA, K.T.P.; RAMIRO, R.C.; TEIXEIRA, B. S.; Fomento ao Turismo de Base Comunitária: A Experiência do Ministério do Turismo. In: BARTHOLO, R; SANSOLO, D. G. e BURSZTYN (Orgs.). *Turismo de Base Comunitária: Diversidade de Olhares e Experiências Brasileiras*. Rio de Janeiro: UFRJ, Letra e Imagem. 2009, p. 359-373.

VARGAS, R. C.; ZUÑIGA, C. H.; ALCANTARA, L. C. S. Turismo de base comunitária: uma perspectiva desde o bem viver como alternativa ao desenvolvimento na América Latina e Abya Yala. *Desenvolv. Meio Ambiente*, v. 54, p. 167-183, 2020.